

FH cobra cumprimento de acordo de 93

De acordo com presidente, só poderá negociar dívidas quem fizer ajustes

ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso cobrou ontem o cumprimento do acordo fechado entre os Estados e o governo federal, para o pagamento das dívidas contratuais. A negociação foi feita em 1993, quando Fernando Henrique era ministro da Fazenda. "Quando a gente faz um acordo é para ser cumprido e os governadores estão com disposição de cumprir", disse o presidente. Os 19 governadores

que participam do movimento de pressão por melhores condições para o pagamento das dívidas querem renegociar também os termos desse acordo feito há três anos.

O presidente Fernando Henrique Cardoso avisou ainda que somente os Estados que estiverem promovendo ajustes nas contas públicas poderão negociar as dívidas com o governo federal. Segundo Fernando Henrique, as negociações vão acontecer caso a caso e o Estado que não estiver fazendo ajuste não poderá receber recursos do governo federal porque o dinheiro é do povo.

Numa resposta às críticas dos governadores dos 19 Estados mais endividados à intransigência da

equipe técnica do governo na renegociação das dívidas estaduais, Fernando Henrique disse que "os ministros da Fazenda (Pedro Malan) e do Planejamento (Antônio Kandir) estão com muito cuidado com isso" (o dinheiro público), e acrescentou: "Eu concordo com a posição deles porque cada tostão que se concede não é uma concessão pessoal. É uma questão institucional. É dinheiro do povo."

Após participar

da cerimônia da troca da guarda presidencial, Fernando Henrique deu a seguinte entrevista aos jornalistas:

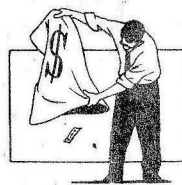
Pergunta — Há uma nova orientação para as negociações das dívidas dos Estados?

Fernando Henrique — Não. Estamos com uma negociação muito bem-feita. O Ministério da Fazenda e o do Planejamento estão sendo muito competentes. Estado por Estado, vamos resolver os problemas. Agora,

eu só quero repetir: é claro que é preciso que os Estados se disponham a entrar num ajuste. A maioria está entrando. O trabalho da equipe econômica é extraordinário.

Pergunta — No caso do Espírito Santo, o senhor recebeu o governador hoje, houve alguma concessão especial?

Fernando Henrique — Nada, nada. Todo o assunto é técnico, é feito pelos técnicos. Apenas o governador (Vitor Buaiz) foi lá (ao Alvorada), com a bancada, para mostrar o que já tinham conseguido em termos de ajuste. Estão fazendo um grande esforço no Espírito Santo. Agora, passa pelos canais normais de análise, ver o que pode e o que não pode.



AVISO:
ACERTO VAI
SER CASO A
CASO

Pergunta — Quando o senhor recebe os governadores?

Fernando Henrique — Quando eles quiserem.

Pergunta — Em conjunto?

Fernando Henrique — Em conjunto não é possível. É caso a caso. Cada caso é um caso. O Estado do Espírito Santo, por exemplo, praticamente não tem dívida contratual com o governo. O problema do Espírito Santo é que a folha de pagamento é mais alta que a arrecadação. Nós vamos ajudar o Espírito Santo a rever lá, por meio de vários mecanismos, essa situação. Inclusive a forma de fazer um fundo de aposentadoria. Então, vamos ajudar o Espírito Santo, como já resolvemos os casos dos Estados do Mato Grosso do Sul, de Sergipe, do Pará, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Quase todos os Estados estão com o assunto já resolvidos.

Pergunta — Então vai ser caso a caso, nada de solução em conjunto?

Fernando Henrique — Não, porque os casos são diferentes. Agora, o que foi negociado... Quando a gente faz um acordo é para ser cumprido. Os governadores estão com a disposição de cumprir.

Pergunta — O acordo de 1993?

Fernando Henrique — Ah, sem dúvida.

Pergunta — A preferência é para quem está fazendo o ajuste?

Fernando Henrique — Ah, claro. A preferência não, a exclusividade. Quem não estiver fazendo ajuste não adianta botar dinheiro. O dinheiro não é meu, é do povo. Os ministros da Fazenda e do Planejamento tomam muito cuidado com isso. Eu concordo com a posição deles porque cada tostão que se concede não é uma concessão pessoal, é uma questão institucional. É dinheiro do povo. Só se concede porque está se vendo que quem recebe, está utilizando bem o recurso, está diminuindo, estruturalmente, as dívidas do Estado. Isso é uma coisa muito positiva.

Pergunta — O governador Mário Covas disse que vai votar na Erundina (PT). O senhor vota como ele?

Fernando Henrique — (risadas). Não sei, não ouvi nada do governador Covas hoje. Não vou falar destas coisas de eleição não.